

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.847 - PR (2019/0299776-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : MARLON CRISTIANO DE SANTANA (PRESO)
ADVOGADOS : VIVIAN REGINA LAZZARIS - PR049190
TATIANA LAZZARIS - PR074961
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARLON CRISTIANO DE SANTANA, contra acórdão proferido pela 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento do HC n. 0032365-28.2019.8.16.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 29-06-2019, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Sustenta que "*Nenhum entorpecente foi encontrado com o recorrente, sendo que a decretação de tal medida cautelar se baseia, unicamente, em denúncia anônima, sem fundamento algum, um vez que, anteriormente aos fatos em questão, nunca houve suspeitas em relação a Marlon*" (e-STJ fl. 81).

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu, que seria primário e de bons antecedentes, predados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 58-59):

[...]

Extrai-se da r. decisão que a autoridade apontada como coatora atentou-se para a presença dos indícios de

Superior Tribunal de Justiça

materialidade e autoria, não se limitando a argumentos genéricos e abstratos. Mencionou, inclusive, elementos informativos colhidos pelas autoridades policiais, constantes especialmente no auto de prisão em flagrante (mov. 1.1 dos autos principais), nos termos de depoimento (movs. 1.2 e 1.3), no auto de exibição e apreensão (mov. 1.4), no auto de constatação provisória de droga (mov. 1.6) e no boletim de ocorrência (mov. 1.11).

Ademais, fora abordado pelo magistrado a quo o modus operandi, segundo o qual, os condutores, após receberem informação de que dois indivíduos estavam traficando, dirigiram-se ao local informado, oportunidade em que encontraram em posse do Paciente e do corréu determinada quantia em dinheiro (R\$ 177,00 e R\$ 120,00, respectivamente). Ainda, em revista ao local, as autoridades lograram êxito em apreender 22g de substância análoga à “maconha”, divididos em 12 invólucros plásticos. Logo, infere-se que a substância estava pronta para a venda, o que configura indício concreto da prática da traficância.

No tocante à periculosidade do agente, nota-se que o juízo de origem também fundamentou devidamente a decisão na necessidade de garantir a rodem pública. Para tanto, retratou o fato de que o paciente responde a outro processo, pela prática, em tese, na data de 13/06/2018 — não sendo, portanto, extemporâneo —, do mesmo delito, e estava em liberdade provisória na data da prisão em flagrante efetuada nos presentes autos, revelando a possibilidade concreta de reiteração delitiva.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio

Superior Tribunal de Justiça

mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

